

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA  
DÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE  
2012:-----**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão pelas quinze horas e cinco minutos, teve lugar a terceira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**I PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 30 DE ABRIL DE 2012

**II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2- APRECIÇÃO DO QUINTO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO REFORMULADO A 31 DE MAIO DE 2012;

2.3- PROPOSTA DE: CONCESSÃO DO SERVIÇO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICA ( ESGOTO ) , À ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO; LANÇAMENTO DE UM CONCURSO PÚBLICO POR PARTE DA AMRPB, COM O OBJETIVO DE ESCOLHER UMA EMPRESA QUE SE RESPONSABILIZE PELA EXPLORAÇÃO DO SISTEMA; E ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DA PARCELA FIXA DA TARIFA DE SANEAMENTO PARA TARIFA DE UTILIZAÇÃO = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.4- PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ECOPISTA DO DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.5- PROFACADEMUS- ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO= RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2011= CONHECIMENTO

2.6-MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES( ANMP ) REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL = APRECIÇÃO E DISCUSSÃO ;

2.7-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES- RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2011= CONHECIMENTO

2.8-ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO= RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2011= CONHECIMENTO;

2.9-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NA FREGUESIA DE TREIXEDO, AO ABRIGO DO Nº2 DO ARTº 21º DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL. REQ:ANA CRISTINA DIAS DOS SANTOS

### III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Edite da Conceição Alves da Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Hélder Luís Santos Pereira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos, José Marques Duarte da Cruz e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência dos Srs. Deputados Ana Paula Silva Figueiral Ferreira e Fernando Manuel Dias Almeida e Costa que justificaram a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 30 DE ABRIL DE 2012. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a ata aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados Leandra Cordeiro, Inês Matos e Fernando Abel.

Dada a palavra à Sra. Deputada Leandra Cordeiro, esta em nome da bancada do PPD/PSD apresentou um voto de pesar pelo recente falecimento de António Raul Simões Correia, pai do Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal, António José Brito Correia. Este voto de pesar foi aprovado por unanimidade e dirigido localmente ao Sr. Vice Presidente que se encontrava presente na sessão.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que na sequência da sua intervenção feita na sessão anterior sobre o aproveitamento dos desperdícios alimentares veio informar a Assembleia das diligências que efetuou. Fez contactos com as superfícies comerciais e apurou que os bens cuja validade estava a aproximar-se do fim já estavam a ser encaminhados para várias instituições não havendo por isso desperdícios, soube também que em resultado deste encaminhamento é exigido às instituições que recebem os alimentos um recibo o que devido a esta situação tornaria o movimento da Sociedade Civil mais difícil pois necessitava de uma identificação fiscal. Estes contactos serviram para que se apercebesse da rede que já está montada em Santa Comba Dão com vista a este aproveitamento e

encaminhamento dos bens. Descreveu de seguida o trabalho e envolvimento das entidades envolvidas em SCDão neste processo de recolha, distribuição e sinalização dos mais carenciados. Apesar de haver boas recolhas os bens acabam por esgotar rapidamente devido às muitas necessidades existentes. O Centro Alimentar Contra a Fome tem recebido também do Município bens alimentares que são comprados pelo próprio Município e que o Centro depois distribui e neste contexto propôs que no caso do parque de estacionamento ocupado pelo Mini Preço, que é espaço público, em vez de se estar a cobrar uma renda, esta fosse substituída por entrega de géneros alimentares no valor dessa renda. Descreveu também o circuito e os intervenientes no processo desde a recolha até à entrega. Focou também o papel das IPSS do Concelho que têm desempenhado um papel importante quer prestando assistência, quer fornecendo refeições gratuitas. Há também o caso de Juntas de Freguesia que prestam apoio autorizando o levantamento de géneros em alguns estabelecimentos a pessoas identificadas e depois pagam. Focou também as cantinas sociais como uma boa medida governamental, em SCDão a entidade recetora é a Misericórdia que funciona quase como um apoio domiciliário e onde a principal finalidade é que as famílias carenciadas tenham pelo menos uma refeição quente por dia. Referiu os valores constantes num artigo recente do Jornal Público que refletem o degradar da situação e também o caso das verbas da Segurança Social terem aumentado para fazer face a todas estas dificuldades. A nível da Ação Social Escolar disse também que o Município tem feito um esforço maior no atendimento de dificuldades quer na obtenção de livros escolares quer a nível de refeições para os alunos com maiores dificuldades. Apelou para que as finalizações do processo fossem feitas por pessoas conhecedoras e próximas das situações para que se evitem por vezes excessos de entrega. Reconheceu que a sua proposta tinha dificuldades de implementação não só por ser necessário entregar o recibo comprovativo do que era recebido, mas também porque no terreno já há um bom trabalho e por vezes a duplicação das situações vem criar dificuldades. Finalizou dizendo que teve conhecimento da realização de um jantar de solidariedade que se iria realizar numa unidade hoteleira do Concelho de Mortágua e onde a Câmara Municipal estava associada, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara, não pondo em causa a iniciativa, qual era a participação da Câmara no evento e porque se ia para um Concelho vizinho quando SCDão tinha estruturas para a realização do jantar tendo em conta que a publicidade feita dizia que o contributo reverteria para os jovens carenciados de SCDão.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que relativamente ao caso do parque de estacionamento do Mini Preço, o espaço não era público, era do domínio privado da Câmara e existe já um entendimento com o Mini Preço no sentido de que o valor que poderia ser cobrado seja pago em bens alimentares e o Gabinete de Ação Social que tem as famílias sinalizadas, levanta os géneros e entrega-os. Sobre o jantar disse que era alheio ao assunto e supunha que a única participação que a Câmara possa ter era a divulgação do evento no seu site. Não tinha conhecimento, mas havia liberdade para a divulgação do que possa ser útil para o Concelho e esta era uma iniciativa que lhe parecia útil, também partilhava da preocupação de ser feito fora do nosso Concelho quando efetivamente temos espaços para o fazer e eventualmente poder-se-ia verificar que a empresa que o realizasse fizesse um desconto que reverteria a favor dos jovens, mas era completamente alheio à iniciativa.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Fernando Abel que fez a intervenção constante do anexo nº1 desta ata que faz parte integrante da mesma.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que não daria mais explicações para além das que já tinha dado esclarecendo também que nunca tinha dito que as queixas eram anónimas.

O Sr. Presidente da Assembleia informou depois os Srs. Deputados sobre o processo de Reestruturação Autárquica que de acordo com a Lei competia às Assembleias Municipais até 23 de agosto a apresentação do seu plano e segundo a informação que teve as pronúncias das Assembleias Municipais são tomadas em linha de conta para a decisão final do Governo. Caso as Assembleia Municipal não apresentem qualquer plano competirá a uma Unidade Técnica recentemente eleita na Assembleia da República a proposta ao Governo daquilo que competiria à Assembleia Municipal. Deixava ali aquela informação para dizer que a responsabilidade final é sempre da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão quer por ação ou por omissão. Gostaria mais que fosse por ação mas se os partidos presentes não se entenderem nesse sentido levaremos com uma decisão que poderá não ser a mais adequada para o nosso Município. Pensava que era uma informação muito importante a dar e que até põe “em cheque” a dignidade dum Órgão Deliberativo como uma Assembleia Municipal mas cada um tem aquilo que merece.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do art.º19º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um: - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu os pontos principais constantes da informação sobre a atividade do Município que tinha sido distribuída aos Srs. Deputados. Referiu em pormenor o apresentado na Nota Final onde é focado o apoio que a Câmara Municipal presta a várias entidades e associações que nem sempre é visível mas que é de extrema importância para a sua sobrevivência e atividade. Esse apoio para além de ir por vezes muito além da comparticipação financeira tem servido para que essas associações e entidades continuem a realizar as suas atividades e eventos. Se não houvesse por parte da Câmara Municipal o apoio logístico e financeiro algumas delas não teriam capacidade de sobrevivência. Referiu algumas das associações e entidades em que o apoio é mais visível contabilizando-o em cerca de 400 mil euros, ou seja 5% do Orçamento Municipal. Considerou que esse apoio era para além de uma despesa, um investimento. Sobre a situação financeira do Município disse que se vem mantendo e consolidando a situação de equilíbrio entre a receita e a despesa, a 31 de maio os resultados de execução eram positivos mesmo considerando as amortizações, era o resultado da aplicação de um conjunto de medidas que irão ter continuidade até ao final do ano, podendo até ter melhores resultados uma vez que os subsídios de férias e de natal não serão pagos aos funcionários e o seu valor irá servir para pagar dívidas superiores a 90 dias. Apresentou depois alguns gráficos que demonstravam o que tinha referido. A queda de receita nos primeiros cinco meses do ano foi de cerca de 8%, compensada com uma diminuição da despesa de cerca de 14%. Referiu a possibilidade, através do Plano de Resgate às Câmaras Municipais de contratar um empréstimo, a seu tempo ele será proposto depois de estudadas as suas implicações, esse empréstimo permitiria que a Câmara depois de ter feito esta consolidação possa ter uma situação mais tranquila nos próximos tempos, podendo até vir a ter disponibilidade de algumas verbas para investimento.

Pedi a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que disse ter ouvido com interesse as afirmações do Sr. Presidente da Câmara sobre o apoio Municipal às Associações. Como responsável por uma Associação já há longos anos, Associação que em SCDão já tem mais de 40 anos de existência e que trabalha essencialmente na formação de jovens, referiu que essa Associação não tem tido qualquer apoio financeiro por parte da Câmara Municipal. A Associação está para servir o Concelho, a Câmara e os jovens e não para se servir desses meios. Lamentava ouvir dizer que eram dados apoios financeiros a algumas instituições que ele não daria porque eram instituições, não associações, que tinham fins diversos da Associação que representava. Portanto entidades com fins lucrativos, pensava que não deviam ter esse apoio da Autarquia porque não se estava a beneficiar uma associação mas sim pessoas dela ou de uma entidade. Era contra este tipo de apoio em detrimento de outros que deveriam existir. Recordava que nos dias 16 e 17 houve em SCDão um evento organizado pelo Corpo Nacional de Escutas que mereceu o apoio de uma entidade autárquica do Concelho: Junta de Freguesia de Couto do Mosteiro, todas as outras não deram resposta. O facto era que este movimento é transversal a todas as freguesias que visita com alguma regularidade e que de alguma forma vai fazendo atividades. Sentia-se triste por aquela atividade não ter merecido a presença da Autarquia, que foi convidada. A atividade teve factos inéditos, como a vinda de um balão de ar quente e não tendo o apoio direto de nenhuma das entidades que mencionou, teve encargos superiores a 2 mil euros. O Agrupamento de Escuteiros tinha uma atividade exclusivamente voluntária o que não era o caso de algumas associações onde os monitores ganham. Lamentava que aquela atividade que trouxe ao Concelho 150 jovens de todo o Distrito, que envolveu uma logística enorme, não tivesse tido o apoio e a presença de alguém que representasse os Órgãos Autárquicos. Era evidente que não teve a presença das camaras de televisão para filmar o evento pois houve outro em que esteve toda a gente mas o seu trabalho é para os jovens e só esses é que entende, para os adultos tem muito pouca paciência. Desabafava pois ao longo destes 40 anos de apoio aos jovens sentia com alguma tristeza o abandono a que eram votados e acabava dizendo que fácil, fácil é falar de jovens, trabalhar com eles e para eles é que era difícil.

Dada a palavra para responder ao Sr. Presidente da Câmara este disse que sempre que o Sr. Deputado solicitou a colaboração da Câmara estiveram presentes, não esteve presente no evento referido porque não conseguia estar ao mesmo tempo em dois sítios diferentes, gostaria de ter estado presente até porque nunca se furtou ao contacto com os jovens. Disse também que não havia apoio financeiro a entidades privadas ou que tenham fins lucrativos, o CMAD e a Associação de Técnicos do Desporto prestam serviços. Apoios financeiros diretos, através de protocolos eram ao Pinguinzinho e ao Santacombadense. A prestação de serviços por parte do CMAD e da Associação dos Técnicos de Desporto tem a ver com as suas responsabilidades nas AEC. Relativamente ao apoio aos Escuteiros sempre que é solicitado, ele é dado, inclusivamente com intervenções na própria sede, também em colaboração com a Junta de Freguesia. Tem a noção que haverá mais coisas para fazer mas paulatinamente poderão ir ajudando a melhorar as condições em que os Escuteiros desenvolvem as suas atividades e podia contar sempre com a Câmara para ajudar no que é possível, obviamente dentro do cenário de dificuldades que a Câmara tem.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que solicitou esclarecimento sobre o que consta na informação sobre a situação financeira do Município onde é referido o Plano de Resgate às Autarquias que se encontram em situação de desequilíbrio financeiro estrutural. Perguntava se o facto de esta nova situação, pois até aqui nunca se considerou que

SCDão estivesse em desequilíbrio estrutural, tanto que se elaborou o PSF, o que não teria lugar se a situação não fosse de desequilíbrio conjuntural. Perguntava ao Sr. Presidente se o facto de ter havido esta alteração na situação da Câmara, irá permitir que o PSF continue ou se terá que ser substituído por outro.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que confirmou que o PSF era para seguir até ao fim. É feita referência a quem está na situação de desequilíbrio financeiro estrutural porque esses têm condições especiais para o Plano de Resgate. A Câmara forçou, porque sabia que era essa a situação, nunca foram escondidos os números, foi pedido à DGAL que fizesse essa declaração porque interessava. Interessava não só para aceder a este Plano como também para renegociar o empréstimo para o saneamento financeiro contratado em 2009. O facto de se estar na situação de desequilíbrio financeiro estrutural permite que se vá buscar 100% da dívida de curto prazo (perto de 4 milhões de euros), permite a utilização de cerca de 1,5 milhões de euros do Fundo de Regularização Municipal, ao contrário do que diziam os Srs. Vereadores do PS na Câmara esse dinheiro não está perdido, irá ser utilizado no pagamento de dívidas superiores a 90 dias como sempre o disse. Com estes valores inseridos no Programa de Apoio à Economia Local é possível consolidar toda a dívida de curto prazo e libertar a Câmara de encargos financeiros altos. O sufoco que há em termos de tesouraria será libertado com o alargamento dos prazos e essa é uma das diferenças para quem está em situação conjuntural e em situação estrutural, passando de 14 para 20 anos. As taxas de juro também serão mais baixas. A situação de desequilíbrio estrutural não é confortável, mas coloca-nos agora numa posição de poder planear as contas da Câmara e projetar melhor o que vem a seguir. O facto de se ter conseguido travar a despesa e colocá-la ao nível da receita dá a garantia de que este plano terá sucesso.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que solicitou esclarecimentos sobre o que era o Gabinete de Apoio ao Emigrante e quais as suas funções no futuro. Em relação às empreitadas e no caso da Refuncionalização Parcial da Casa dos Arcos gostaria de saber para que fim é feita a obra e que serviço lá irá ser instalado.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que em relação às obras da Casa dos Arcos, estas envolviam a Biblioteca Municipal com a utilização de uma parte do rés do chão para uma sala de leitura, anexos à sala de leitura e nas salas interiores irão estar arquivos. Há obras muito valiosas na Biblioteca e as condições de segurança não são as melhores. O novo arquivo terá maior segurança e outras condições. O resto do espaço irá ser utilizado pelo projeto Balcão Único promovido pela Comunidade Intermunicipal e servirá para concentrar alguns serviços da Câmara, havendo também a possibilidade de ali funcionarem alguns serviços públicos que eventualmente possam vir a ser retirados de SCDão em resultado das novas reformas. Não há certezas sobre isto mas a verdade é que a estrutura ficará preparada para assegurar alguns serviços. O Gabinete do Investidor e o Gabinete de Ação Social também passarão para aquele espaço. Sobre a questão do Gabinete de Apoio ao Emigrante solicitou a intervenção do Sr. Vice Presidente uma vez que era um assunto do seu Pelouro. Este esclareceu que o Gabinete pretende ser uma porta aberta aos nossos emigrantes quer para os que já estão fora e querem regressar, quer numa perspetiva contrária (saber os seus direitos, os seus deveres, as dificuldades que vão encontrar e as oportunidades de emprego). Os que regressam têm por vezes algumas dificuldades em lidar com algumas questões, nomeadamente com as reformas e assuntos ligados à Segurança Social. O que se pretende é que este Gabinete possa dar resposta a estas situações.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: APRECIÇÃO DO QUINTO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO REFORMULADO A 31 DE MAIO DE 2012.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que vários aspetos deste relatório já foram referidos nas suas intervenções anteriores, quer na situação financeira da Câmara, quer na análise da situação de desequilíbrio financeiro estrutural. Iria fazer a sua análise comparando o projetado no PSF e o real, apresentando os valores que fazem parte do documento apresentado aos Srs. Deputados quer no que diz respeito à receita, à despesa e às previsões para 2012. O próximo relatório que será apresentado na sessão de fevereiro de 2013 terá já os resultados finais de 2012 e aí se verá se as previsões agora apresentadas se confirmarão ou não.

Pediu de seguida a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel que fez a intervenção constante do anexo nº2 desta ata e que faz parte integrante da mesma, frisando que algumas das questões constantes do anexo já tinham sido esclarecidas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que a intervenção só vinha confirmar o que já sabia, é que o Sr. Deputado não viveu estes anos todos em SCDão, está cá de passagem e fora da realidade, podia dizer que desde os anos 50 que SCDão já tem saneamento e água ao domicílio. A iluminação pública já vem desde o principio dos anos 60. Não está bem informado porque até teve que ir à imprensa para saber a situação financeira da Câmara porque pelos visto aqui ninguém lha dá. O valor da dívida que apresentou não corresponde à realidade. Não iria rebater alguns pontos focados pois é já uma situação recorrente. Dizia apenas que era verdade que em 2005 a dívida efetiva na contabilidade era de 10 milhões e pouco, o problema eram os mais de 2 milhões que estavam na gaveta e isso é que é preciso dizer. Se o Sr. Deputado lê com tanta atenção os relatórios do Revisor Oficial de Contas que agora são emitidos devia também ler com atenção o relatório emitido em 2005, se o tivesse lido talvez tivesse ficado esclarecido sobre as dívidas que estavam na gaveta, eram compromissos que estavam assumidos e executados e não havia faturação. Dizia também que a Câmara de SCDão desde que há memória tinha défices anuais consecutivos que eram cobertos pelo recurso aos empréstimos bancários, tinha algumas responsabilidades e isso nunca o escondeu, procurou demonstrar que a Câmara tinha uma situação de despesa incontrolável, é um concelho que em relação aos vizinhos é prejudicado como já tem referido e não fosse isso não se teria chegado a esta situação. Há instrumentos que aparecem como agora este e compete à Câmara e à Assembleia aprovarem-nos. Relativamente à reavaliação do património, o IMI não vai ser alterado a não ser a possível passagem da taxa de 0,4% para 0,5%. A reavaliação dos imóveis é uma questão de justiça fiscal e já devia ter sido feita há muito tempo conforme está na Lei e os sucessivos Governos do Eng. Sócrates não fizeram esta reavaliação que devia estar concluída até 2012. Os valores a cobrar em resultado da reavaliação serão aplicados para pagamento de dívida. Pela primeira vez em muitos anos há um Governo que faz alguma coisa para ajudar os Municípios a consolidarem as suas contas. Focou novamente a Lei das Finanças Locais de 2007 que veio penalizar os Municípios agravando a sua situação. Terminou dizendo que quando se fala, quando se critica tem que se ter todos os dados para falar e não ter sentido oportunista e lançar poeira para a Assembleia e para as pessoas que estão a ouvir.

Pediu novamente a palavra para esclarecimento o Sr. Deputado Fernando Abel dizendo que já mora em SCDão há 15 anos e mora cá com gosto. Lembrou que se por um lado haverá a reavaliação do património, por outro vão ter também uma tributação mais alta de IMI que são dois valores que conjugados podem atingir valores altos e colocar as pessoas em

dificuldades e foi isso que quis dizer. O Sr. Presidente já nos deu alguma razão sobre o alerta que demos como por exemplo quando dizíamos que não havia razão para a existência de um quadro tão grande de funcionários, já foram diminuídos nos últimos anos 47 a avaliar pelos dados fornecidos. Acabaram por nos dar razão, chamámos a atenção na altura e foi pena que essa questão não fosse resolvida antes, porque se o fosse provavelmente tinha-se poupado mais.

O Sr. Presidente da Assembleia deu de seguida a palavra à Sra. Deputada Inês Matos para um esclarecimento e não para uma intervenção. A Sra. Deputada começou por dizer que o Regimento apenas permite o pedido de esclarecimentos mas tem visto com frequência Srs. Deputados que a pretexto de pedidos de esclarecimento acabam por prestar esclarecimentos e fazer mais comentários.

O Sr. Presidente da Assembleia deu toda a razão à Sra. Deputada dizendo que quem o faz, fá-lo erradamente e está a desrespeitar as regras e o que faz é julgar da boa fé de quem vai falar e não dá “palmadas” a ninguém, foi dada a palavra para um esclarecimento, dispensando qualquer critica, se os Srs. Deputados não respeitam o Regimento a culpa não é do Presidente que acredita na boa fé das pessoas, lamentava que não cumprissem, mas não podia duvidar da boa fé de quem pede a palavra.

A Sra. Deputada esclareceu que não era qualquer critica e solicitou que não duvidasse que iria pedir um esclarecimento porque é sempre o pretexto que usam e acaba por prestar um esclarecimento porque o Sr. Deputado Fernando Abel disse que se fartaram de avisar, o Sr. Presidente da República também várias vezes diz que avisou, aqui fez-se o mesmo, avisou-se, avisou-se e parece que o Executivo Camarário nunca deu atenção. Também agradecia que o Sr. Eng. Sócrates tivesse ouvido muitas pessoas que o alertaram para a situação a que o País estava a ser conduzido, que não levariam com certeza à penalização que teve no salário e ao corte do seu subsidio de férias e também terá um IMI para pagar como todos os Santacombadenses, a questão da reavaliação dos imoveis é justíssima, porque falando de um prédio de propriedade horizontal e o Sr. Deputado sabe que um apartamento pode estar a pagar um valor e outro apartamento igual e no mesmo prédio mas por questões de transmissão posterior pode estar a pagar um valor muito mais alto. A reavaliação já vem desde 2003 e nunca foi concluída.

Não havendo mais intervenções foi considerado o Relatório como apreciado.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três: PROPOSTA DE: CONCESSÃO DO SERVIÇO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICA ( ESGOTO ) , À ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO; LANÇAMENTO DE UM CONCURSO PÚBLICO POR PARTE DA AMRPB, COM O OBJETIVO DE ESCOLHER UMA EMPRESA QUE SE RESPONSABILIZE PELA EXPLORAÇÃO DO SISTEMA; E ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DA PARCELA FIXA DA TARIFA DE SANEAMENTO PARA TARIFA DE UTILIZAÇÃO = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por referir que dos serviços públicos obrigatórios: fornecimento de água, recolha dos RSU e o saneamento, apenas este não está concessionado. As Câmaras anteriores fizeram o concessionamento do abastecimento de água e a recolha de RSU porque estes serviços feitos por agrupamentos de Municípios ficam mais baratos e com uma melhor prestação. Havia já expectativas no tempo do anterior Executivo de se fazer a concessão dos serviços de saneamento, nessa altura no País não era uma situação muito comum mas hoje é a própria reguladora dos resíduos que recomenda e motiva os Municípios a conceder a empresas privadas a exploração deste

serviço. Os cinco Municípios que têm em conjunto a exploração do sistema de abastecimento de água decidiram avançar com esta possibilidade. SCDão é talvez o Município entre os cinco que tem uma das maiores taxas de cobertura, no entanto há um problema que tem a ver com a manutenção do sistema, o nosso já é antigo, parte já vem dos anos 50 e há um conjunto enorme de estruturas que exigem uma manutenção constante e um rigoroso cumprimento das normas cujo incumprimento origina multas muito elevadas. Cada vez mais este serviço irá ficar mais caro à Câmara e por via disso também ao Município. Com a possibilidade desta concessão e com o agrupamento dos cinco Municípios num só sistema é possível diminuir os custos resultantes da exploração do serviço e os custos do que há a fazer serão colocados e listados no concurso público que irá escolher a empresa na concessão. A referência à tarifa também é uma recomendação da entidade reguladora e ela já existe. A aprovação a ser tomada irá permitir que os cinco Municípios até ao final do ano, através da Associação de Municípios do Planalto Beirão, que vai ser a entidade gestora, lancem o concurso público para a escolha do privado que venha a fazer a exploração do sistema.

Solicitou a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa para dizer que não era muito cético, mas que também às vezes era pouco crente. Estranhava que uma entidade pública numa atividade que lhe dá tanto prejuízo e tem tantos custos a venha fazer voluntariamente para não ter lucros, portanto partindo desse pressuposto e acreditando que as taxas não são aumentadas, falta falar no que vai ser imputado no consumidor/gastador, quais vão ser os rácios, o que se vai gastar mais. Quando há uma entidade reguladora fica logo desregulado e o que o assustava era que a boa vontade que acreditava que existisse do Sr. Presidente não seja a daqueles que irão liderar o processo, pois ao princípio tudo está bem e depois é que são elas, aí estava a sua dúvida. Gostava de saber quais os lucros que eventualmente uma empresa que vai assumir este contrato tem para que isto seja aliciante.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que a pergunta devia ser feita às empresas, pois há muitos interessados e se há interessados é porque é atrativo. As tarifas cobradas são da empresa concessionária, não entram nos cofres da Câmara e supunha que pelo facto de ganhar dimensão e haver uma poupança relacionada com a dimensão haveria uma economia de escala que não era de desprezar. Uma só empresa fará o serviço com menos pessoal, ganhando dimensão e eficiência. Ninguém vinha concorrer sem fazer o seu estudo económico. Vai ser feita uma auditoria técnica aos serviços dos cinco Municípios e quem concorrer saberá à partida o investimento que terá de fazer e fará contas, neste caso não estava preocupado. Sabia que a empresa que explora o abastecimento de água estava interessada nesta concessão e percebia porquê, uma vez que já está instalada no terreno. Tudo isto tinha a ver com a escala, com a dimensão, quanto maior ela for maior será a despesa mas também a receita será superior, haverá uma economia de escala.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado César Branquinho para dizer que apesar do ceticismo demonstrado pelo seu colega de bancada, haveria compromissos assumidos que tinham de ser cumpridos e ao não o serem haveria mecanismos para os fazer cumprir. Concordava com a proposta, achando-a boa e que o lançamento do concurso a uma empresa privada que se responsabilize pela exploração e que se responsabilize pela execução das obras necessárias pouparia alguns gastos ao Município e a todos. Achava pelo que está escrito que não haverá mais encargos para os Municípios e se houver qualquer alteração às taxas ela terá de ser aprovada pelos órgãos competentes. Achava a proposta boa contendo já as sugestões dos vereadores do Partido Socialista e portanto iriam votar a favor.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo a proposta de concessão, o lançamento do concurso e a alteração de designação aprovadas por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ECOPISTA DO DÃO= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que o Regulamento foi discutido na Câmara Municipal, havendo propostas várias dos diversos vereadores para alterações mas a verdade é que o Regulamento foi aprovado nos outros dois Municípios (Tondela e Viseu) e por via disso era difícil introduzir alterações no Regulamento e Tondela e Viseu fizeram valer o seu peso e as alterações pedidas por nós não foram introduzidas.

Pedi a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz para dizer que no seu ponto de vista o Regulamento continha uma ilegalidade no ponto três do Art.º7º quando se estipulava “o requerimento referido no número anterior será decidido no prazo de 30 dias a contar da data da sua receção, entendendo-se como indeferimento a falta de resposta neste prazo”. Pensava ser um lapso pois o que acontece é precisamente o contrário invocando mesmo o Código do Procedimento Administrativo. Pedia que o Sr. Presidente propusesse à CIM uma nova leitura do Regulamento para verificar da correção deste ponto.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que o Regulamento passou por advogados e desconhecia se havia alguma ilegalidade ou não.

O Sr. Presidente da Assembleia decidiu votar o Regulamento conforme estava e se houvesse alguma ilegalidade ela seria decidida mais tarde.

Feita a votação o Regulamento foi aprovado por maioria com 18 votos a favor (17 do PPD/PSD e um do PS – Sr. Deputado César Branquinho) e 10 abstenções dos restantes Deputados do PS.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: PROFACADEMUS- ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO= RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2011= CONHECIMENTO.

Não havendo qualquer pedido de intervenção foi considerado que a Assembleia Municipal tomou conhecimento deste Relatório.

Passou-se para o ponto dois ponto seis: MEMORANDO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES( ANMP ) REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL = APRECIAÇÃO E DISCUSSÃO.

Solicitou a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel que começou por referir o debate sobre este assunto que se efetuou na última sessão. Entretanto a Lei já foi promulgada e referia o ponto dois do seu Art.º11º “Sempre que a Câmara Municipal não exerça a iniciativa para a deliberação prevista no número anterior deve apresentar à Assembleia Municipal um parecer sobre a reorganização do território das freguesias do respetivo Município”. Pensava que seria interessante que hoje tivéssemos esse parecer de forma a podermos falar sobre ele pois apenas com a Lei parecia-lhes curto, é preciso saber qual a competência, a extensão e as delegações dessas freguesias. Esta é uma Lei que visa a redução do número de freguesias mas para isso é necessário saber em que âmbito e com que valências elas vão ser alteradas. Na última sessão disse que eram a favor da redução do número de freguesias, não o escondiam, onde se justificasse, onde o agregado habitacional seja grande, onde não se justifique o número existente, em SCDão achava que não pelas razões que na altura invocou. Lamentou que a Lei fosse aprovada antes de se ouvirem entidades que podiam ajudar a ter uma boa

solução como a ANMP, a ANAFRE, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, por ventura se o Governo tivesse ouvido e debatido o assunto com estas entidades talvez se tivesse encontrado uma solução melhor e mais consensual. Continuava a achar que sem o parecer emanado da Câmara Municipal não há muito a discutir.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois ponto sete: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES- RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011= CONHECIMENTO.

Não havendo pedidos de intervenção foi considerado que a Assembleia Municipal tomou conhecimento deste Relatório.

Seguiu-se para o ponto dois ponto oito: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO= RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011= CONHECIMENTO.

Solicitou a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que pediu ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimento sobre o Concelho de SCDão que no quadro relativo à recolha de RSU ocupa uma posição que não demonstra grandes preocupações ecológicas, nomeadamente por depositar nos Ecocentros e Ecopontos menos quantidades de resíduos reciclados do que dois ou três dos concelhos vizinhos, isto por um lado, por outro que o esclarecesse sobre a divergência entre o consumo de água per capita que por exemplo no concelho de Tábua é dos mais elevados com os valores dos restantes Municípios nomeadamente de SCDão que é dos que tem menores consumos pensando até ser por causa do valor elevado das tarifas.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou que a rede de recolha seletiva de resíduos era igual em SCDão e nos outros concelhos, o que se passa é que as pessoas não fazem a seleção dos resíduos e não os depositam dessa forma. Deu o exemplo de Mortágua onde a população é maioritariamente rural e tem índices de recolha seletiva muito superiores aos nossos o que demonstra que ali as pessoas têm outro sentido ecológico que nós não temos. Em breve entrará em funcionamento a triagem seletiva do lixo, a questão é que a Câmara Municipal de SCDão paga muito mais por isto. Se o lixo fosse selecionado os encargos seriam menores. Já explicou várias vezes o processo e se as pessoas colaborassem e tivessem mais preocupações as tarifas até podiam ser mais baixas, as taxas que atualmente se pagam não cobrem os encargos atuais do serviço. Em relação ao consumo elevado de água em Tábua, ali a cobertura do serviço ainda é baixa, cerca de 60%. Este consumo elevado na sua opinião deve-se à existência de roturas no sistema ou à utilização da água para regas.

Não havendo mais intervenções considerou-se que a Assembleia tomou conhecimento do Relatório.

Seguiu-se para o ponto dois ponto nove: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NA FREGUESIA DE TREIXEDO, AO ABRIGO DO Nº2 DO ARTº 21º DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL. REQ:ANA CRISTINA DIAS DOS SANTOS.

Solicitou a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que à semelhança de casos anteriores idênticos manifestou a sua discordância em relação a estes pedidos. Recordou que nunca se tinha chegado à conclusão do que era um agregado carenciado. Disse que se andavam a plantar casas onde um dia poderá vir a ser necessário plantar outras coisas. Considerou o processo bem elaborado mas continuava com a opinião que não era benéfico para SCDão a construção de casas em terrenos florestais.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo o pedido aprovado por maioria com 21 votos a favor (16 do PPD/PSD e 5 do PS), 6 abstenções (uma do PPD/PSD –

Sra. Deputada Inês Matos e 5 do PS - Srs. Deputados Edite Cruz, Isabel Cruz, José Augusto Sousa, Joaquim Rodrigues e Manuel Morais) e um voto contra do PS – Sr. Deputado Boto Martins.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi de seguida lida a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Pediu a palavra o Sr. Luís Carlos Tavares de SCDão que referiu a proposta de reforma do Mapa Judiciário do Ministério da Justiça de que resultará no Distrito de Viseu o encerramento de nove tribunais. O Tribunal de SCDão não encerrará mas irá perder competências (no domínio da família, menores, do comércio e a passagem de dois para um Juízes). Perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se estava de acordo com esta perda de competência e que diligências fez, se fez algumas, no sentido de ir contra esta proposta.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que sim, tinha sido votada uma moção na Câmara e em Assembleia Municipal. Tinha pena que a Câmara de Mortágua não tenha feito o mesmo tendo votado contra uma moção que era contra a perda de competências do Tribunal de SCDão. Como a Câmara de Mortágua é Socialista gostava que o PS viesse a saber, pois ele não tinha conseguido saber a razão por que Mortágua não votou a favor da manutenção dos dois Juízes e das competências de família em SCDão. Fizemos o que nos competia e vamos continuar a fazer o que podermos. Mas como sabiam há Municípios que perderam mesmo Tribunais e que estão numa situação mais grave que a nossa e não estava a ver o Ministério da Justiça a recuar em SCDão e a não recuar noutros Concelhos. Não desistia do processo e continuaria a lutar para que as competências deste tribunal que eram também de Carregal do Sal e Mortágua venham a ser mantidas. Havia ainda a possibilidade de como o Tribunal de Tábua vai ser extinto de agregar Tábua à Comarca de SCDão e assim aumentar o universo do nosso Tribunal.

Seguiu-se a intervenção do Sr. João Lima de SCDão que lembrou o Sr. José Sousa Franco, a sua atividade e os apoios prestados em SCDão dizendo que era merecedor de ter em SCDão o seu nome numa rua, praça ou travessa ou algo mais.

O Sr. Presidente Assembleia agradeceu a intervenção, associando-se ao proposto pois considerava perfeitamente justo. Disse que o Sr. Presidente da Câmara com o apoio e aprovação da Assembleia iria fazer todos os esforços para que seja reparada uma injustiça, que é a falta de memória que os Santacombenses aparentemente apresentam.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Esmeralda Antas de Vila Pouca que começou por perguntar ao Sr. Presidente da Assembleia se “Santacombenses” ou “Santacombadenses”.

O Sr. Presidente da Assembleia respondendo disse que haviam três termos que podiam ser usados: Santacombenses em primeiro lugar, Santacolumbenses para quem quiser ser erudito e Santacombadenses por uma questão de uso e força popular.

A Sra. Muniçipe continuou a sua intervenção referindo-se à questão da iluminação pública e concretamente a dois casos de Vila Pouca. Considerou que havia candeeiros apagados junto de casas onde seriam necessários e outros acesos em locais onde não eram precisos. Focou um caso em Vila Pouca em que um candeeiro que devia estar aceso pois está entre outros dois que foram apagados e que agora também se apagou, considerava-o necessário pois fazia imensa falta. Já deu alguns passos mas não conseguiu resolver a situação. O segundo caso refere-se ao candeeiro que está em frente à casa da viúva do Sr. Manuel Cordeiro Costa e que foi apagado, foi contactada pela mesma para falar sobre o assunto, a Sra.

está com problemas físicos, desloca-se com muita dificuldade, vive sozinha e tem medo de cair. Julgava que a Sra. iria ficar muito mais agradecida com o poste de iluminação pública ligado do que com uma placa com o nome do marido numa rua. Gostava de saber se este problema teria uma resolução rápida.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que se recusava a fazer uma análise comparativa em relação à atribuição de nomes às ruas. Quando se dá o nome de uma rua por algum motivo é, independentemente do valor de outras pessoas, o nome da rua é uma memória coletiva, não é só o respeito por essa pessoa. Não sabia se era mais honroso para quem recebe do que para quem dá. É um pleito mais de humildade do que de reconhecimento. Têm todo o direito de fazer uma comparação mas não concordava, pois não se podiam colocar no mesmo plano duas coisas, dois valores, dois significados totalmente distintos. Viu que o Sr. Presidente da Câmara tomou os apontamentos necessários e que os casos iriam ser solucionados.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença e participação de todos dando pelas dezassete horas e vinte e cinco minutos por encerrada a sessão dela se lavrando a presente ata que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

ANEXO Nº 1

JL  
12/08/21



Exmos Senhores

Presidente da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão

Presidente da Câmara Municipal

Senhora e Senhores Vereadores

Ilustres colegas desta Assembleia

Minhas Senhoras e meus Senhores :

Na Assembleia Municipal de 30 de Abril, foram aqui pedidos esclarecimentos acerca das participações da Câmara para os Bombeiros , e levantadas algumas questões pelo Sr. Dr. João Bota Martins reportando-se a afirmações do Senhor Presidente da Câmara , de que havia alguém a fazer denúncias junto de outras entidades, com vista a prejudicar Santa Com Dão e os Santacombadenses.

Convidado a ser mais preciso, o Srº Presidente da Câmara , acabou por dizer que os visados eram os vereadores da Câmara eleitos pelo Partido Socialista, que tinham feito denúncias junto do QREN , acerca da Requalificação da Ex-EN2 e da EN234.

Por se ter sentido ferido na sua honra e dignidade, o Srº Vereador Dr. Leonel Gouveia, pediu a palavra invocando o Regimento da Assembleia junto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal , para dar a sua versão da questão ali colocada, e que foi bem diversa do que teria sido afirmado.

Então Sr. Presidente da Câmara , foi o Sr. que disse que os vereadores andavam a fazer cartas anónimas, quando afinal não foi isso que aconteceu; porque a soma de dúvidas era grande pediram informações ou esclarecimentos à entidade que financiou o projeto.

Levou-me a concluir que isto aconteceu na busca de respostas, que no mínimo eram mais que legítimas .

Curiosamente , fizeram-no, mas disso lhe deram conhecimento na hora, não vemos como se pode fazer afirmações de denúncias anónimas; quando afinal agiram com transparência , e grande dignidade.

Mas vamos ao que importa :- Requalificação da Ex- EN2 e da EN234.

Esta obra foi adjudicada a empresa Embeiral, pelo valor de 809.371,50€ mais IVA, no dia 17 de Novembro de 2008.

No caderno de encargos consta:

-- Requalificação da Ex-EN2 desde o Km 210.950 até ao Entroncamento com a estrada EN 234 Km 62,800, numa extensão de 2.300Mts ( desde o Balcão até ao cruzamento da Gestosa / Zona Industrial ).

-- Requalificação da EN 234 desde o nó da IP3 até à cortada para o lugar do Coval.  
Dúvidas , quanto ao que não terá sido feito, atento ao que consta no caderno de encargos :

1º ) Não foi feita a Rotunda na Cruz da Pedrosa ( Cruzamento da Gestosa / Zona Industrial);

2º ) Não houve intervenção , nem na estrada nem nos passeios , desde a Rotunda da Catraia até ao cruzamento da Gestosa / Zona Industrial;

3º ) Não houve deslocalização da Rotunda da Catraia;

4º ) Não houve intervenção no lado nascente do passeio desde a Rotunda da Catraia até ao cruzamento para o Estádio ( no lado poente já existia passeio );

5º ) Não houve intervenção na estrada , desde a Catraia até à zona do Balcão, excepto na Rotunda da Total;

6º ) Não foram feitos passeios em blocos de encaixe desde a Catraia até à zona do Balcão , excepto na Rotunda da Total;

7º ) Não houve intervenção na estrada desde a Rotunda da Galp até ao Arcada , excepto no cruzamento Escola de Condução / Engenho ( que levou paralelos no chão);

8º ) Não houve intervenção na estrada desde a Igreja até à cortada para o Coval;

9º ) Não houve intervenção na estrada nem nos passeios desde o Nó do IP3 até ao Balcão;

10º) 17.500m2 de asfalto – Onde é que foi colocado ?

Face ao exposto, poderíamos pensar que a reprogramação da obra até podia ser feita ; no entanto temos muitas dúvidas.

Não vale a pena Sr. Presidente da Câmara vir invocar que essa reprogramação ainda não foi feita, e, que o processo foi interrompido devido às tais cartas dos Srs. Vereadores do Partido Socialista .

Como é possível fazer reprogramação física de uma obra que foi dada por concluída?

Quando já foram feitos autos de medição que correspondem ao enunciado no plano do concurso e que correspondem simultaneamente à totalidade da obra .



2.2

ANEXO Nº 2

JK  
12/06/21



Exmos Senhores

Presidente da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão

Presidente da Câmara Municipal

Senhora e Senhores Vereadores

Ilustres colegas desta Assembleia

Minhas Senhoras e meus Senhores :

### **Os Municípios ... O nosso Município**

Nos últimos tempos , o país teve acesso pela imprensa da situação económica e financeira das Autarquias, e com especial destaque para a situação de 53 que se encontram à beira da falência.

Sabe-se que aquelas que irão beneficiar do Programa de Apoio à Economia Local, vão ter que cobrar, ( porque o mesmo Programa assim o exige ) a taxa de IMI de 0,5% durante 20 Anos.

Sabe-se também que o Município de Santa Comba Dão se encontra na lista dos mais devedores, ocupando um penoso 24º lugar.

Face a este panorama , podemos dizer que a falta de cumprimento e de rigor orçamental que foi acontecendo ao longo destes dois últimos mandatos, poderá ser transportado para casa daqueles , que não tem culpa da situação então criada pela Câmara Municipal .

No decorrer deste mandato, eu mesmo , já por várias vezes alertei para esta situação: quando dizia, atenção ao Plano de Saneamento Financeiro que foi assinado, porque o gastar desmesuradamente leva o Município para situações de incumprimento.

Quando chamávamos a atenção, não o fazíamos por acaso, para nós era evidente que devia haver mais atenção quando se gerem dinheiros públicos .

Pela primeira vez registamos com muita preocupação não se ter verificado, no final do exercício, a liquidação de encargos bancários do ano , vencidos , no valor de 611.369,00€ que inevitavelmente descredibiliza o nosso município perante a banca

Senão vejamos : ainda lá não vai muito tempo, porque foi em 2009 que a Câmara foi autorizada a negociar o protocolo financeiro de 6.500.00,00 € ( Seis Milhões e Quinhentos Mil Euros ) com uma entidade bancária para pagamentos de dívidas

de curto prazo; agora em 31 de Dezembro de 2011, as dividas já se situavam nos 7.405.878,00€, ou isto não é verdade?

Surge agora da parte do Governo este “auxilio”, ao Poder Local Autárquico que por ser faltoso no decorrer dos tempos, e que não equacionou que as dívidas são para serem pagas, em tempo útil, por forma a não prejudicar os fornecedores de bens e serviços, já que estes atrasos arrastam as empresas, para situações de incumprimento e falência, muitas vezes com outras consequências à mistura.

Não só no presente como no futuro, e durante 20 Anos, vamos ser penalizados por viver no País e ter património em Santa Comba Dão, e é, por isso, que a voz da minha consciência me obriga a fazer esta intervenção.

Agora pergunto: esta situação é facilitadora para atrair outras pessoas para o nosso Concelho? E convidar alguém para vir aqui fazer investimentos, quando sabem que essa decisão, traz consigo custos acrescidos em matéria de impostos? Todos sabemos que não.

Isto não é mal dizer minhas senhoras e meus senhores.

Este Governo vai mandar reavaliar todo o património que é pertença dos cidadãos, tendo por base o aumento de receitas fiscais, logo com influência na tributação sobre o IMI; claro que vai invocar a Troika, só que esta decisão não consta na mesma medida do que está no memorando dessa entidade.

Aqueles que têm património, e sobretudo os que tem casa própria, vão ter de pagar os seus impostos no limite máximo que a Lei impõe, e, tenho a certeza, que em muitos casos gera angústia e falta de liquidez; porque muitos chegaram a idosos, às vezes com doenças e a necessitar de comprar medicação continuamente, e, o valor das suas reformas não repõem o poder de compra que tiveram no passado; ou perderam rendimentos, outros ainda porque ficaram desempregados.

Já repararam o quanto é dramático alguém que comprou ou construiu a sua casa, tendo pago todos os impostos inerentes ao ato de comprar e, ver chegado o momento de não poder pagar o IMI? Nestas circunstâncias o incumprimento torna o cidadão criminoso.

Esta foi a situação criada aos cidadãos do Concelho de Santa Comba Dão. A quem cabe o ónus da culpa de tão bizarra criação?

E mais uma vez pergunto: que culpa tem as pessoas, para serem elas a pagar por aquilo que não fizeram?

O atual executivo pode sempre dizer que não é de todo responsável por todo o montante da divida; e, é verdade que quando chegaram à Câmara esta devia cerca

de 10.930.411,00€ ( Dez Milhões e Novecentos e Trinta Mil Quatrocentos e Onze Euros ).

Na verdade, ainda nos lembramos dos argumentos postos a circula ao tempo : - Esta dívida é uma irresponsabilidade, esta Câmara não tem condições para dever tanto, e, muito mais .

Então e agora ? Quando o endividamento da Câmara já ultrapassa os 31.000.000,00€.

Não estamos a querer cobrar nada , mas temos a obrigação e o dever de lembrar , que foi em tempo de Governação P.S. que assistimos a uma conjuntura sócio-económica que augurava um futuro risonho para o nosso Concelho, foi um tempo histórico.

Certamente vão passar muitos anos para que volte a acontecer o que considero ter sido uma grande revolução, no que diz respeito à qualidade de vida dos cidadãos.

Desde logo o saneamento básico na sede do Concelho e nas Freguesias, sabemos que está escondido e, às vezes as pessoas se esquecem, ou até lhes dá jeito ; a iluminação pública em todo o Concelho , a distribuição de água ao domicilio, na Cidade e nas Freguesias; As estradas do Concelho foram reparadas e atapetadas com inertes betuminosos; foram construídos os Centro de Saúde, O quartel da GNR , a Casa da Cultura e, sobretudo, a Câmara trabalhou com as Juntas de Freguesia, procurando não discriminar nenhuma e com elas foram desenvolvidos muitos trabalhos em infraestruturas ao nível da vida associativa, quer desportiva, cultural ou recreativa. Tenho que lembrar que tudo aconteceu com o mandato do Dr. Orlando Mendes.

Mas, voltando ao essencial desta intervenção. Quando se diz que o défice do Município de Santa Comba Dão é de 20 milhões de Euros , eu pergunto?

Quanto custam as parcerias público / privadas?

**A Dão-Gest .** 9,50 Milhões de Euros nos -- Centros Educativos;

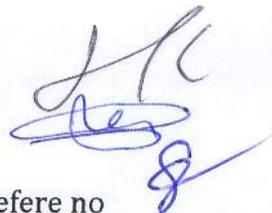
1,00 Milhão de Euros -- Parques de Estacionamento, sendo que a Câmara já recebeu de adiantamento 870.000,00€

E os compromissos dos parquímetros , por quantos anos? 50 .

Empresas Municipais ?

**A Combanima** --- 441.997,00€ . Importa aqui dizer que os custos com a Combanima ao longo destes cinco anos importaram em Transferências da Câmara Municipal 3.447.859,00€, mais o endividamento de 441.997,00€ , corresponde a um total de 3.889.856,00€.

O que diz o Revisor Oficial de Contas!



Podíamos fazer uma leitura do seu relatório, mas eu destaco só o que refere no seu ponto 7.2 . Diz o Revisor, que os gastos com pessoal incluem valores respeitantes a funcionários cuja função exercida não conseguimos enquadrar dentro do objecto social da Empresa. **Desta forma não nos é possível quantificar os gastos indevidos desta natureza que são suportados na prossecução de fins distintos daqueles questão estatutariamente estabelecidos.**

Mais ; o capital próprio da Combanima , assume valor negativo, portanto inferior a metade do capital social e, tratando-se de uma Empresa totalmente detida por uma entidade pública ( O Município ) deve a mesma deliberar , através dos seus órgãos , as medidas adequadas em cumprimento do disposto no artº35º do Código das Sociedades Comerciais .

Isto, em resultado da não observação das disposições legais que não foram cumpridas no quadriénio de 2007 a 2010 e, que se traduziram em resultados negativos no valor aproximado de 329,00€.

Ainda em 2011 foram transferidos da Câmara Municipal para a Combanima verbas na ordem dos 824.910,00€, que se mostram inferiores ao estabelecido no contrato programa plurianual que previa 1,100.000,00€.

Afinal, a Câmara cria as empresas e depois não cumpre a sua parte ?

**A Profiacademos --- 573.000,00€**

Mediante esta hecatombe financeira que acabei de explanar , pergunto se a Câmara Municipal de Santa Comba Dão virá a afirmar a vontade de subscrever este programa de financiamento da dívida?

É certo que não tem grandes alternativas. Isso nos deixa assustados . E assusta porque como diz o povo , quem vier depois que feche a porta. Só que fechar a porta onde já pouco existe , compromete o futuro.

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Fernando Abel